

# APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO INDÍGENA EM JUNDIAÍ: SÉCULOS XVII E XVIII

Walter Fagundes Morales<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta, de forma sucinta, o enfoque teórico-metodológico aplicado às pesquisas desenvolvidas em Jundiaí, SP. Esta pesquisa tem procurado perceber a dinâmica sociocultural existente entre os segmentos indígenas, africanos e portugueses na região, objetivando comprovar a utilização das etnias indígenas como mão-de-obra escrava por mais tempo e com maior intensidade do que relata a história dos séculos XVII e XVIII. Para tanto, tem-se utilizado de fontes cartoriais inéditas e dados arqueológicos. A ênfase, no entanto, é dada ao estudo do material cerâmico conhecido genericamente como “neo-brasileiro”, considerado importante fonte de informação sobre as transformações culturais ocorridas entre as diversas etnias que formaram a sociedade paulista colonial.

## ABSTRACT

This articles presents the methodological and theoretic approach applied to the research that tries to explain the movements of social-cultural interchange among the Indigenous, African and Portuguese people in the same region of Jundiaí, SP, in Brazil. It aims to prove that Indians were taken as slaves for much more time and in a much more intense way than it has been considered by historians, during the 17th and 18th centuries. Original documents and archeological material have been used as resources for data. But the ceramics works known as “neo—Brazilian” have been considered as the most important source of information, as it is depository of the cultural exchanges that took place among different racial background that built up the Paulista colonial society.

<sup>1</sup> Bolsista da Capes e mestrando no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

O interesse principal da pesquisa, que vem sendo desenvolvida sob a forma de uma dissertação de mestrado, é apresentar elementos da dinâmica cultural gerada pelo contato da mão-de-obra indígena com a população de origem européia e africana, na Vila de Jundiáí, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Temos procurado demonstrar que, dentro de uma hierarquização social aparentemente estanque entre senhores e cativos, existia uma interação cultural intensa – reflexo de uma rede de sociabilidade e uma miscigenação étnica que, a partir de meados do século XVIII, acaba por descaracterizar a população indígena como mão-de-obra escrava. Os trabalhos forçados passam a ser atribuídos exclusivamente aos negros, já que os indígenas e seus descendentes começam a ocupar os estratos mais baixos, porém livres, da sociedade paulista colonial.

Para atingir esse objetivo estão sendo trabalhados dados de natureza histórica e arqueológica sob a perspectiva da arqueologia social, que tem como pressuposto a impossibilidade de haver neutralidade científica ou imparcialidade quando se lida com o passado de uma sociedade (Shanks e Tilley 1987). Esta abordagem teórica permite demonstrar como as etnias indígenas e suas descendências foram intencionalmente escamoteadas dos registros históricos e historiográficos, através da negação de sua presença e importância no processo de formação social, cultural e racial desta antiga vila.

A história e o passado de Jundiáí orbitam ao redor de poucos temas específicos: o núcleo inicial de povoamento no século XVII, a imigração italiana, a estrada de ferro e o plantio do café no século XIX. Da escravidão, tanto africana quanto indígena, pouco se sabe. Essa situação é sintomática de um antigo processo ideológico de discriminação onde prevalece a idéia que o passado deve ser lembrado em função de determi-

nados fatos ou personagens. Os períodos considerados “difíceis” ou “menos nobres” não são contados, fazendo com que a história conhecida não seja a que de fato ocorreu, mas sim aquela que parece mais digna de nota. Dentro desse contexto o que interessa é conhecer o cotidiano das famílias abastadas, das elites, sob o banalizado termo “história oficial ou dos vencedores”, postura que reflete a escolha de um objeto de estudo em função de sua representação social. Mas, ao sempre destacar apenas algumas características dos acontecimentos, acaba-se não contando a história de forma plena, mas, escolhendo aquela que aparece como a mais adequada. O dia-a-dia dos empregados e escravos destas famílias, por exemplo, acaba não fazendo parte da história escrita de cidades e países.

Desta forma, a pesquisa que vem sendo desenvolvida tem procurado conhecer, entender e relatar o passado não antes escolhido, aquele que diz respeito à escravização de índios e africanos e sua incorporação à sociedade colonial, acreditando que a importância de qualquer estudo, seja ele de cunho histórico, arqueológico, antropológico etc., não se restringe à escolha de um objeto de estudo em função de sua representação social, e sim, apresentar, dentro desta escolha, elementos que levem à reflexão, propiciando um maior entendimento sobre coisas e pessoas.

Assim como esta parte da história de Jundiáí é praticamente desconhecida, também o são as principais fontes textuais que estão sendo empregadas para a elaboração deste trabalho, o Livro de Óbitos<sup>2</sup> e o de Casamentos<sup>3</sup> de cativos ocorridos na Matriz de Nossa Senhora de Jundiáí, entre 1739 e 1787. São documentos manuscritos da época e ainda inéditos. Embora diferentes em sua composição, por conterem amostras de distintos acontecimentos sociais, são complementares no que diz respeito aos estudos

<sup>1</sup> Pertencente ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiáí.

<sup>2</sup> Pertencente ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Jundiáí.

de demografia histórica, já que cada um deles, à sua maneira, propicia entender aspectos da composição étnica e sociocultural da Vila de Jundiá. A transcrição de ambos os documentos, com a inserção de seus registros em um banco de dados informatizado, tem possibilitado o acesso rápido e análises estatísticas precisas sobre um volume considerável de informações referentes a um período histórico do qual boa parte dos documentos originais se perdeu ou foi destruída ao longo dos séculos.

Os dados arqueológicos desta região também têm sido pouco estudados. Eles correspondem aos vestígios materiais provenientes de diversos sítios arqueológicos localizados em fundos de vale e pequenos platôs nas cercanias da Serra do Japi, exatamente nos locais onde fontes textuais (referentes a inventários de testamentos e doações de sesmarias) registram a instalação de antigas sesmarias e roças do século XVII e XVIII. Dentre estes vestígios encontramos abundante material cerâmico, cuja análise é da maior importância, já que nela encontramos características técnicas e decorativas similares às empregadas pelos grupos portadores da cerâmica Tupiguarani (pré-contato), aliadas àquelas encontradas entre os elementos europeus e africanos. Esta sobreposição de estilos indica a permanência, nas vilas e fazendas, de pessoas que manufaturavam a argila conforme padrões tradicionais indígenas que, somados a novos elementos, originaram uma cerâmica cabocla, genericamente denominada “neo-brasileira” (Chmyz 1966 e Dias Jr. 1988). Portanto, reside na cerâmica uma das grandes fontes para identificar as transformações socioculturais havidas na sociedade colonial brasileira.

A opção de pesquisar a região de Jundiá decorre de vários fatores: a antiguidade da vila, que remonta à primeira metade do século XVII, sua importância para o povoamento da província e a possibilidade de localizar assentamentos onde a transcrição das fontes documentais informam existir o

emprego de plantéis indígenas e africanos como mão-de-obra escrava.

A escolha em estudar a chamada cerâmica “neo-brasileira” é decorrente da quase ausência de trabalhos sistemáticos preocupados em caracterizar esse material do período colonial. Os trabalhos de arqueologia histórica costumam priorizar a análise de louças, vidros e faianças, evidências mais facilmente identificáveis quanto à origem e época de fabricação. A cerâmica ou é simplesmente deixada de lado, ou tem seu potencial informativo subaproveitado, ou, ainda, é analisada sob uma perspectiva equivocada. Na maior parte das vezes, a chamada cerâmica “neo-brasileira” é tratada como se possuísse características homogêneas e uniforme por todo território. As análises buscam caracterizar e reconhecer elementos comuns, acabando por ignorar os diferentes contextos socioculturais, históricos e temporais daqueles que a elaboraram. Os estudos deste tipo de evidência necessitam de detalhadas descrições morfológicas, tecnotipológicas e estilísticas, não de grandes generalizações que diluam a complexidade deste tipo de material. Pode-se afirmar que classificar um fragmento cerâmico de “neo-brasileiro”, da forma como vem sendo feito até o presente momento, tem o mesmo sentido, validade e alcance que denominar de “indígena” uma cerâmica pré-colonial.

Portanto, pretendemos contribuir com uma análise sistemática e detalhada dos aspectos tecnotipológicos das evidências “neo-brasileiras”, isto é, da cerâmica produzida cotidianamente, que consideramos de grande importância para o conhecimento do passado colonial brasileiro. Pois, é através do estudo da cerâmica neo-brasileira e de seu contexto arqueológico, com a mediação dos parâmetros temporais, étnicos, culturais e demográficos proporcionados pelas fontes históricas, que será possível diagnosticar como, e em que intensidade, se processaram as transformações das etnias indígenas diante da presença dos segmentos europeus e africanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- CHMYZ, I., et alli, 1976. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1:119-148.
- DIAS JR., 1988. A Cerâmica Neo-Brasileira. *Arqueo-IAB (Textos Avulsos)*, 1:3-13.
- SHANKS, M., TILLEY, C. 1987. *Social theory and archaeology*. Cambridge, Polity Press.